

TERMO DE REFERÊNCIA

PRC 028/26
DISPENSA 014/26

1. ÓRGÃO REQUISITANTE

Prefeitura Municipal de Senador José Bento/MG – Secretaria de Administração

1. OBJETO DA DEMANDA

Contratação de empresa para fornecimento de ovos de chocolate para atender as necessidades da administração pública de Senador José Bento-MG.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por objetivo atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração do Município de Senador José Bento/MG, no que se refere à realização de ações institucionais e comemorativas relacionadas ao período da Páscoa.

A iniciativa justifica-se pela necessidade de promover ações de caráter social e institucional, visando fortalecer o vínculo entre a Administração Pública e a comunidade local, bem como valorizar os servidores públicos municipais. Tais ações contribuem para o engajamento social, o fortalecimento das relações institucionais e a promoção de um ambiente organizacional mais integrado.

Além disso, a distribuição de ovos de Páscoa em eventos promovidos pela Administração configura prática recorrente e consolidada no âmbito da gestão pública, sendo instrumento de incentivo à participação popular e de promoção de ações sociais voltadas ao bem-estar coletivo.

Ressalta-se que o objeto da contratação possui natureza comum, com ampla disponibilidade no mercado, o que possibilita a adoção de critérios objetivos de julgamento, especialmente o menor preço unitário, garantindo economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se adequada, necessária e alinhada ao interesse público, atendendo aos princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal, especialmente os da eficiência, economicidade e interesse público.

3. 1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação observará:

- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
- Constituição Federal (Art. 37);
- Princípios da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência).

4. 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	UNID	QUANT.	DESCRIÇÃO	TOTAL UNT. R\$	TOTAL R\$
01	UND	600	Ovo de Páscoa de chocolate ao leite, primeira qualidade, mínimo de 250g, composto por açúcar, massa de cacau, leite em pó integral, manteiga de cacau, gordura vegetal, soro de leite em pó, lactose, emulsificantes e aromatizantes. Produto não compacto, embalado individualmente em embalagem colorida, contendo suporte plástico (base), com no mínimo 3 bombons ao leite de no mínimo 15g cada, envolvidos em papel alumínio ou chumbo.	R\$:	R\$:

✓ **O critério de julgamento será - MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.**

5. 7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- Menor preço unitário por item.

6. 8. FORMA DE CONTRATAÇÃO

A definir conforme valor final estimado:

- Será feita por Dispensa de licitação

7. 9. PRAZO DE ENTREGA

Até **05 (Cinco) dias corridos**, contados a partir da emissão da Autorização de Fornecimento.

8.2. Local

Secretaria Municipal de Administração
 Prefeitura Municipal de Senador José Bento – MG.

A instalação deverá ocorrer em dias úteis, no horário:

- 08h00 às 11h00
- 13h00 às 16h00

ou em horário previamente acordado com o setor responsável.

efetuar o pagamento conforme condições estabelecidas

8. 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Fornecer os produtos conforme especificações;
- Cumprir prazos estabelecidos;
- Substituir produtos em desacordo;
- Arcar com custos de transporte e entrega.

9. 14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Receber e conferir os produtos;
- Efetuar o pagamento conforme condições estabelecidas;
- Fiscalizar a execução contratual.

5. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento decorrente da concretização do objeto será efetuado, até o 30º (trigésimo) dia útil após a entrega da respectiva nota fiscal, no Departamento de Finanças da Prefeitura, após a devida comprovação da prestação dos serviços nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos.

Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil, e atendidos todos os ditames legais concernentes.

.

5. FISCALIZAÇÃO

A execução contratual será acompanhada por servidor designado como fiscal do contrato, responsável pelo controle, acompanhamento e atesto dos serviços.

6. VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

7. PENALIDADES

O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

16. Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte dotação

FICHA Nº	Dotação
68	02.03.04.122.0002.3.3.90.30.00

10. Fiscalização

A fiscalização da execução dos serviços será exercida por servidor designado pela Secretaria Municipal de Administração, que registrará em relatório eventuais ocorrências.

1. A pesquisa de preços encontra-se anexa aos documentos da etapa preparatória.

O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) assinatura do contrato ou do recebimento da autorização de fornecimento em caso de dispensa do instrumento contratual.

1.1. O Estudo Técnico Preliminar foi:

Elaborado e se encontra anexo aos documentos da etapa preparatória;

Dispensado nos termos do art. 8 do Decreto Municipal/2024 conforme exposto no Documento de Formalização de Demanda.

1.2. A análise específica de riscos:

Elaborada e se encontra anexo aos documentos da etapa preparatória;

11. DO PAGAMENTO

O pagamento pelos serviços efetivamente prestados será realizado pelo Município Realizado mensalmente, após a prestação dos serviços e apresentação a partir da **apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada** pelo setor competente, acompanhada dos **comprovantes das publicações realizadas**, em conformidade com o objeto contratado.

O pagamento ficará condicionado à regularidade fiscal da contratada e à verificação do correto cumprimento das obrigações contratuais, nos termos da legislação vigente.

DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação poderá ser **prorrogada**, nos termos do art. 107 da **Lei nº 14.133/2021**, desde que haja **interesse da Administração**, devidamente justificado, e que sejam mantidas as condições inicialmente pactuadas, especialmente quanto ao preço, à qualidade e à vantajosidade da contratação.

A prorrogação ficará condicionada à **avaliação satisfatória da execução contratual**, à **disponibilidade orçamentária e financeira**, bem como à **comprovação da regularidade fiscal da contratada** no momento da prorrogação.

O prazo de vigência contratual, incluídas as prorrogações, deverá observar os limites legais aplicáveis.

11.2. REAJUSTE

1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
2. Ultrapassando o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, será reajustada a contratação aplicando-se o **IPCA** pelo período acumulado.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

a. A contratação será realizada mediante:

() Dispensa eletrônica;

Dispensa não eletrônica (valor inferior a 40% dos limites estabelecidos no art. () 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021);

- Dispensa emergencial de licitação;
- Dispensa de licitação por outro fundamento;
- Inexigibilidade de licitação;
- Inexigibilidade de licitação

através

- credenciamento;
- Pregão eletrônico;
- Concorrência eletrônico;
- Leilão;
- Concurso;
- Diálogo competitivo;

O Sistema de Registro de Preços:

- Será adotado
(incompatível com fornecimento/serviço
continuado);
- Não será adotado.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Serão exigidos os seguintes documentos para habilitação do fornecedor:

Habilitação Jurídica:

1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no
sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada**

- **EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede,

acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou

estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.1.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no país devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8. Certidão Simplificada da Junta Comercial, para comprovação no enquadramento como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial (para empresa MEI, ME e EPP).

2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ** ou no Cadastro de Pessoas Físicas – **CPF**, conforme o caso;

2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos

tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante.

4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal ou Distrital, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da licitante.

11.2.4.1. Caso a licitante tenha filial no Município de Senador José Bento, deverá apresentar também a **Certidão de Regularidade Fiscal - CRF**;

Prova de regularidade relativa ao fundo de garantia por tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

1. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

2. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o **Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista**, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da **Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará **decadência** do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas

neste Edital.

3. Qualificação Técnica:

1. As empresas devem apresentar na habilitação, os documentos relacionados abaixo.
2. Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado da empresa constando razão social CNPJ/MF, atestando que a empresa realizou a prestação dos serviços e/ou fornecimento dos materiais similar ao ora o objeto posto em licitação

4. Qualificação Econômico-Financeira:

1. **Certidão Negativa de Falência**, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

5. Documentos complementares:

1. **Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;**
2. **Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas;
3. As declarações acima poderão ser substituídas por campo a ser preenchido na plataforma em caso de contratação eletrônica.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- a. O custo estimado total da contratação é de R\$: 24.900,00(Vinte e Quatro Mil e Novecentos reais.), conforme custos unitários apostos em anexo.
- b. O parâmetro de **pesquisa de preços** adotado foi (foram):
 - i. Contratações anteriores feitas por este Município;
Banco de Preços;
 - ii. Preços do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP;
 - iii. Painel de Preços do Governo Federal;
 - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores;
 - iv. Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas;
 - v. Tabelas padronizadas;

- vi. Pesquisa publicada em mídia especializada, sendo sites de empresas do ramo;

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual.

b. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

FICH A N°	Dotação
68	02.03.04.122.0002.3.3.90.30.00

Eventual dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. DAS SANÇÕES

14.1.1. As sanções são aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo elas a advertência, a multa, o impedimento do direito de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade.

14.1.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 001/2024, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, conforme o Decreto Municipal nº 001/2024:

I. Advertência, quando o contratado der causa a descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou contratual, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave (Art. 33º do Decreto);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 9.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 33 do Decreto).

14.1.4. Multa, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado (Art. 7º do Decreto):

a) Moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado na entrega de bem ou execução de serviços, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, perfazendo o total de 9,9% (nove vírgula nove por cento). O atraso superior a 30 dias será considerado inexecução total do contrato (Art. 8º, I e Art. 10 do Decreto);

b) Compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia (Art. 8º, IV, 'd' do Decreto).

c) Compensatória de 10% a 20% (dez a vinte por cento) do valor do Contrato, para a inexecução total do

contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.1
(Art. 8º, VI do

Decreto).

d) Compensatória de 5% a 15% (cinco a quinze por cento) do valor do Contrato, para a infração descrita na alínea “b” do subitem 9.1 (Inexecução parcial com grave dano).

e) Compensatória de 15% a 30% (quinze a trinta por cento) do valor do Contrato, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.1 (fraude, ato inidôneo, etc.).

f) Compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor de referência da licitação ou do contrato, para a infração descrita na alínea

“d” do subitem 9.1 (retardamento da execução), por ocorrências como (Art. 8º, III do Decreto):

f.1) desistir da proposta, salvo por motivo justo;

f.2) tumultuar a sessão pública da licitação;

f.3) propor recursos manifestamente protelatórios.

g) Compensatória de 0,5% a 5% (meio a cinco por cento) do valor do Contrato, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.1 (inexecução parcial), aplicada sobre o valor total da adjudicação ou do valor da contratação direta, para ocorrências como (Art. 8º, IV e V do Decreto):

g.1) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

g.2) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

g.3) deixar de regularizar documentos para liquidação e pagamento da despesa;

g.4) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;

g.5) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

g.6) entregar o objeto contratual em desacordo com as

especificações, com vício, irregularidade ou defeito oculto.

14.1.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.1.6. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.1.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.1.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.1.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.1.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021,

para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.1.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de

integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.1.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.1.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão

14.1.14. patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.1.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.1.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

14.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

14.4. As penalidades serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

Senador José Bento, MG, 23 de Março de 2026.

O presente Termo de Referência foi aprovado pela Secretária abaixo:

Fabio Roberto Da Silva Meira
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

MODELO PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSIONº0282026
DISPENSA Nº 014 2026

NOME SEDE SOCIAL, INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF,
por seu

sócio-gerente/administrador abaixo assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria apresentar a seguinte proposta para **Contratação de empresa para fornecimento de ovos de chocolate para atender as necessidades da administração pública de Senador José Bento-MG.**

ITEM	UNID	QUANT.	DESCRIÇÃO	TOTAL UNT. R\$	TOTAL R\$
01	UND	600	Ovo de Páscoa de chocolate ao leite, primeira qualidade, mínimo de 250g, composto por açúcar, massa de cacau, leite em pó integral, manteiga de cacau, gordura vegetal, soro de leite em pó, lactose, emulsificantes e aromatizantes. Produto não compacto, embalado individualmente em embalagem colorida, contendo suporte plástico (base), com no mínimo 3 bombons ao leite de no mínimo 15g cada, envolvidos em papel alumínio ou chumbo.	R\$:	R\$:

VALIDADE DA PROPOSTA:

Local e Data

tenciosamente,

(NOME E CNPJ
DA LICITANTE)

ANEXO I - MODELO DECLARAÇÃO CONJUNTA

(USAR PREFERENCIALMENTE PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

Para, PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ BENTO/MG.

Aos cuidados do Departamento de Licitações Municipal

REF.:

PROCESSO N°

028/2026

DISPENSA N°

014/2026

Prezados (a) senhores (a),

A empresa: _____, com sede na _____,
n° __, bairro __ em _____ CEP:
_____, inscrita no CNPJ n°
_____, neste ato representada
por seu representante legal, o senhor
, inscrito no CPF n° __, Cédula de Identidade
_____, residente e domiciliado na _____,
n° __, bairro __ em _____ CEP: _____.

DECLARA PARA FINS DE PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO LICITATÓRIO MENCIONADO ACIMA:

1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Termo de Referência, que se compromete a cumprir todos os termos e a fornecer serviços de qualidade, declarando plenamente sob as penas da lei que cumpre os requisitos de habilitação.
2. Que inexistem fatos impeditivos para habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências de fatos superveniente posteriores.
3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 68, inciso VI da Lei 14.133/21.
4. Sob as penas da Lei, em especial ao Art. 299 do Código Penal Brasileiro, que a proposta apresentada no presente certame, foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do pregão, por qualquer meio ou pessoa.
5. Que não tentou, por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do pregão quanto a participar ou não do referido certame.
6. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
7. Não ter recebido de qualquer entidade da administração direta ou indireta, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, estadual e municipal.
8. Declara sob as penas da Lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei 123/2006 e alterações, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei 14.133/21.
9. Declaro, para fins da LC 123/06 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

() MICROEMPRESA – Receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela lc 147/2014.

(..) EMPRESA DE PEQUENO PORTE – Receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela lc 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

A REDAÇÃO TRAZIDA PELO ITEM 9 DA PRESENTE DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. CASO A LICITANTE NÃO SE ENQUADRE COMO ME OU EPP, DEVERÁ EXCLUIR A REDAÇÃO DO ITEM Nº 9.

A NÃO APRESENTAÇÃO DO ITEM 9 DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

Local, dia, mês de 2026.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CPF:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026

PROCESSIONº

028/2026

DISPENSA Nº

014/2026

A Prefeitura Municipal de Senador José Bento , com sede na Praça Daniel de Carvalho 150 – Centro – Senador José Bento I, inscrita no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, neste ato representado pela Prefeita Municipal Srª Andréia Regina Inácio Meira a seguir denominada CONTRATANTE; e a empresa , com sede na xxxxxxxxxxxxxxxx número: xxx Bairro: xxxxxxxxxxxx Cidade: xxxxxxxxxxxxxxxx. CEP: xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ xxxxxxxxxxxxxxxx, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxx, portador do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, resolvem firmar o presente contrato administrativo, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo nº. **028/2026**, Lei Federal nº. 14.133 de 01/04/2021, e alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Contratação de empresa para fornecimento de ovos de chocolate para atender as necessidades da administração pública de Senador José Bento-MG.

CLÁUSULA SEGUNDA - Das Condições de Execução

2 A prestação de serviços deverá ser efetuada mediante ordem de fornecimento/serviço emitida pela Administração Pública.

2.1. Os serviços deverão ser prestados na sede do CONTRATANTE, dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, através de mão-de-obra técnica especializada.

2.2. Os serviços deverão ser prestados de acordo com ordem de fornecimento, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com tributos, fretes, transporte de ferramentas e profissionais, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios;

2.3. O contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pela CONTRATADA, sem autorização do CONTRATANTE por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

2.4. Para atender a seus interesses, o CONTRATANTE reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.5. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação, podendo o CONTRATANTE exercer seus direitos a qualquer tempo.

2.6. Correrá por conta da CONTRATADA qualquer indenização ou reparação por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa da mesma, seus empregados e/ou representantes, decorrentes dos serviços contratados.

2.7. Não serão aceitos serviços em desconformidade com as especificações contidas no instrumento convocatório.

2.8. Toda responsabilidade decorrente da imprudência, negligência, má-execução na entrega dos serviços contratados ou entrega de serviços defeituosos, inclusive perante terceiros, será imputada à contratada, a qual será obrigada a arcar com a reparação integral dos danos causados.

2.9. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas à Administração e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Setor Competente para Recebimento e Fiscalização

3.1. A área competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o objeto contratado será a **Secretaria Municipal de Administração** do CONTRATANTE, observados os artigos 117 e 140, da Lei Federal nº 14.113/2021.

3.1.1. O funcionário responsável, Fabio Roberto da Silva Meira atuará como gestor e fiscalizador da execução do objeto contratual.

3.2. A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização pela Administração, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pela Secretaria de Administração da Prefeitura.

O CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber o objeto contratado em desacordo com o previsto neste ajuste, podendo rescindi-lo, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - Do Preço e da Forma de Pagamento

4.1. Fica ajustado o valor total do presente contrato em **XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**

4.2. O pagamento decorrente da concretização do objeto será efetuado, até o 30º (trigésimo) dia útil após a entrega da respectiva nota fiscal, no Departamento de Finanças da Prefeitura de Senador José Bento - MG, após a devida comprovação da prestação dos serviços nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos.

4.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

4.4. Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a

manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil, e atendidos todos os ditames legais concernentes.

4.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA QUINTA - Da Dotação Orçamentária

5 A despesa decorrente deste contrato correrá pela dotação orçamentária do ano de 2025.

FICHA N°	Dotação
68	02.03.04.122.0002.3.3.90.30.00

CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência

6.1. O prazo de vigência do presente contrato terá duração de até XX de Fevereiro, no ano de 2027, podendo ser prorrogado, havendo interesse da administração, a rigor do artigo 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - Das obrigações das Partes

7.1. São obrigações das partes: Do **CONTRATANTE**:

7.1.1.1. Indicar, neste ato a qual(is) servidor(es) cabe(em) acompanhar a execução contratual em sua latitude quantitativa e qualitativa e receber o objeto contratual.

7.1.1.2. Assegurar livre acesso ao pessoal da **CONTRATADA**, devidamente identificado, aos locais de prestação dos serviços, nas datas e horários estipulados pelo Secretaria de Administração de Senador José Bento.

7.1.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do contrato.

7.1.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA**.

7.1.1.5 Rejeitar os serviços que não forem executados de forma satisfatória ou em desconformidade com as exigências contidas no edital para refazimento.

7.1.1.6. Requisitar indenização pelos serviços que não puderem ser refeitos.

7.1.2. Da **CONTRATADA**:

7.1.2.1. Prestar os serviços de acordo com as condições fixadas neste contrato, obedecendo rigorosamente o prazo e todas as condições ajustadas neste contrato sob pena de rescisão contratual e consequente ressarcimento por perdas e danos.

7.1.2.2. Observar, rigorosamente, o melhor padrão de qualidade e confiabilidade dos serviços contratados, empregando, sempre, a melhor técnica na execução dos serviços.

7.1.2.3. Responsabilizar-se pelo refazimento de serviços executados em caso de comprovação da má qualidade, sem nenhum ônus para o **CONTRATANTE**, bem como providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Município quanto ao objeto contratado,

a teor do art. 119, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.2.4. Responsabilizar-se pelos serviços que não puderem ser refeitos, obrigando-se a indenizar o **CONTRATANTE**.

7.1.2.5. Responsabilizar-se penal e civilmente por prejuízo ou dano causado no ato da execução contratual ao **CONTRATANTE**, aos seus funcionários ou a terceiros, por força do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.2.6. Responder pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

7.1.2.7. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução contratual, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

7.1.2.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.1.2.9. Assumir todos os encargos de demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao serviço executado;

7.1.2.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas devendo comunicar à **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer fato superveniente que possa comprometer a manutenção do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - Das Sanções

8.1. Pela inexecução das condições contratuais, a **CONTRATADA** ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Senador José Bento - MG e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com o artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

8.1.1. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas decorrentes do descumprimento contratual:

I - 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso na prestação do serviço até o 15º trigésimo) dia, sobre o valor do contrato;

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso na prestação dos serviços superior a 15 (quinze) dias, com a consequente rescisão contratual;

III - 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

8.1.2. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de guia própria, ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

8.1.3. Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da **CONTRATADA**, a Administração poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, bem como executar garantia prestada ou interpor medida judicial cabível.

8.1.4. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

8.1.5. As multas e penalidades previstas neste Contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA NONA - Da Rescisão

9.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses e condições previstas na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Publicação

10.1. O extrato do presente contrato será publicado no Órgão Oficial do Município, o “Quadro de aviso”, por conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Foro

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pouso Alegre para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Senador José Bento – MG, xx, xxxxxxxxxxxxxx de 2026.

CONTRATANTE
**Secretário Municipal de
Administração**
Fabio Roberto da Silva Meira

CONTRATADA
xxxxxxxxxxxxx
CNPJ:xxxxxxxxxxxxx

DESPACHO

Autue-se em procedimento próprio e encaminhe ao setor de contabilidade e tesouraria para verificação da disponibilidade orçamentária e financeira.

Após, encaminhe para o pronunciamento, em caráter extraordinário, da Assessoria Jurídica do Município, para elaboração de parecer sobre a possibilidade de contratação direta, conforme artigo 75, inciso II da Lei 14.133/21.

Após, à Divisão de Licitações para demais providências.

Senador José Bento MG, 23 de Março de 2026.

Andreia Regina

Inácio Meira

Prefeita Municipal

Exmo. Sr^a. Prefeita Municipal,

Em atendimento ao respeitável despacho informo que as dotações orçamentárias para cobertura de despesas com o Processo Licitatório 028/2026, Dispensa 014/2026, para **Contratação de empresa para fornecimento de ovos de chocolate para atender as necessidades da administração pública de Senador José Bento-MG.**

No exercício financeiro de 2026, são as que seguem abaixo especificadas:

**Dotação
Orçamentária:**

FICHA N°	Dotação
68	02.03.04.122.0002.3.3.90.30.00

Márcio Alexandre

do Couto

Contabilidade

CRC MG-65942

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Processo nº

028/2026

Dispensa nº

014/2026

O Município de Senador José Bento - MG. torna público aos interessados, que nos termos do art. 75, II, § 3º da Lei nº 14.133/2021 que se encontra em aberto o Processo nº. 028/2026 - Dispensa nº 014/2026 e, estará recebendo de pessoas jurídicas, do ramo de empresa especializada para

Contratação de empresa para fornecimento de ovos de chocolate para atender as necessidades da administração pública de Senador José Bento-MG.

Por e-mail ou protocolo presencial em sua sede, proposta de preços, para dispensa de licitação, pelo menor preço unitário ofertado, para relacionada à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentadas após aceitação da proposta de preços e no ato da assinatura do contrato. O recebimento de propostas das empresas interessadas, dar-se-á do dia 23/03/2026 a partir das 09h:00min até o dia 27/03/2026 às 09h:00 min, na Sala de Licitações, situada na Praça Daniel de Carvalho, nº150, Centro, ou pelo e-mail licitacao@senadorjosebento.mg.gov.br. O encerramento do processo licitatório será em 27/03/2026 as 09h00min. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

CONTRATAÇÃO DIRETA – ART 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021.

PROCESSO Nº 028/2026

DISPENSA Nº 014/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

01- DA JUSTIFICATIVA DE PREÇOS E DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Nos termos do disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, os processos de contratação direta devem ser instruídos entre outros documentos, com a estimativa de despesa, razão da escolha do contratado e justificativa de preço.

A estimativa de preços deve ser na forma estabelecida no art. 23 desta Lei.

No caso em tela, foram colhidas cotações de preços com empresas do ramo de atividade relacionado ao objeto e publicada a manifestação de interesse, restando justificado os preços.

Desta forma, foi escolhida a proposta apresentada pela empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – Inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx

02. PLANILHA ESTIMADA DE CUSTOS – MENOR VALOR APRESENTADO

02.1 Abaixo, encontra-se o relatório final do menor preço unitário obtido para a contratação, que importa o montante de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)

ITEM	UNID	QUANT.	DESCRIÇÃO	TOTAL UNT. R\$	TOTAL R\$
01	UND	600	<p>Ovo de Páscoa de chocolate ao leite, primeira qualidade, mínimo de 250g, composto por açúcar, massa de cacau, leite em pó integral, manteiga de cacau, gordura vegetal, soro de leite em pó, lactose, emulsificantes e aromatizantes. Produto não compacto, embalado individualmente em embalagem colorida, contendo suporte plástico (base), com no mínimo 3 bombons ao leite de no mínimo 15g cada, envolvidos em papel alumínio ou chumbo.</p>	R\$:	R\$:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ BENTO
Praça Daniel de Carvalho, 150 - Centro - Senador José Bento-MG.
CNPJ: 18.675.926/0001-42

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ BENTO - MG.
Processo Nº **028/2026**, Dispensa nº **014/2026**

DESPACHO: “Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, o parecer jurídico da Assessoria Jurídica a justificativa de preços e razões de escolha do fornecedor, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por dispensa, com fundamento no inciso II, do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 10.922/21 AUTORIZO a contratação. Objeto: **Contratação de empresa para fornecimento de ovos de chocolate para atender as necessidades da administração pública de Senador José Bento-MG.**

Contratada: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx - CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Valor: R\$
xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ BENTO - CONTRATO XXXXX/2026
Processo Nº 028/2026, Dispensa nº 014/2026 Objeto. Contratação de empresa para fornecimento de ovos de chocolate para atender as necessidades da administração pública de Senador José Bento-MG.

Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx - CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxx Valor: R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxx). Vigência de 12(doze) meses. Senador José Bento, **00 de XXXXXX de 2026.**